

Cidadania em armas: as Forças Armadas e a Revolução Bolivariana na Venezuela

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA-SILVA*

Ao lançar luz sobre a construção ideológica venezuelana ao longo dos dois últimos séculos, é possível compreender o significado pelo qual tantos líderes políticos, civis e militares, daquele país recorreram à figura do Libertador para consolidar e salvaguardar a legitimidade do exercício do poder.

As apropriações do pensamento de Simon Bolívar não foram uma exclusividade dos ditadores militares da Venezuela oitocentista. Notamos que o vulto bolivariano ganhou força dentro e fora do cenário sul-americano, de uma margem à outra do Atlântico.

Analisando a obra de Richard Gott (2004), concordamos que as apropriações de Bolívar na Venezuela não tiveram início com a ascensão do tenente-coronel Hugo Chávez; pelo contrário, Chávez é apenas mais um dos presidentes venezuelanos a fazer uso político e social dos pensamentos do Libertador.

Mesmo fora do aspecto político da questão, a segunda metade do século XX testemunhou um novo interesse por Bolívar na América Latina. Richard Gott cita Gabriel García Marquez, que em 1989 lançou *O General em seu labirinto*, no qual romanceia o último ano de vida de Bolívar, numa tentativa de dar “dimensão mais humana a convencional estátua de bronze” (GARCÍA MARQUEZ *apud* GOTT, 2004:136). Carla Ferreira (2006) aponta, por sua vez, esta tendência nos poemas de Pablo Neruda (*Canto a Bolívar*), nas canções de Pablo Milanes (*Canción por la unidad latinoamericana*) e “ainda hoje é exaltado na voz de *rappers* e grupos de salsa venezuelanos” (FERREIRA, 2006:51-52).

Nos anos 1960, Germán Carrera-Damas publicou um dos grandes clássicos para a compreensão da importância da figura de Bolívar na construção de uma memória

* Mestrando em História Social pela Universidade Severino Sombra. Bolsista CAPES.

identitária nacional. Do espectro de Bolívar emanara, ao longo do século XIX e XX, o mais vivo sentimento de pertença à nação. É isso que Carrera-Damas trata em seu *El Culto a Bolívar* (1967).

Carrera-Damas, lançando mão de sua experiência como historiador, busca dar conta da questão do uso da cultura na construção da nação. Para ele, o culto a figura de Bolívar se configura como elemento central da cultura nacional. Uma vez que, para as camadas populares da Venezuela a legitimidade de Bolívar é incontestável, incontestável seria também o regime que se apropriasse de seus ideais. O culto a Bolívar possibilitaria então, não apenas a inserção do Libertador no cotidiano dos venezuelanos, como também o sentimento de participação de cada cidadão na história de Bolívar (CARRERA-DAMAS, 1967:250), servindo como uma inspiração para o enfrentamento de seus problemas e dificuldades.

Ao situar este bolivarianismo como autêntica cultura nacional, Carrera-Damas, segundo Ferreira “reduz sua apreciação da cultura venezuelana a uma crítica a seu suposto anacronismo por haver uma insistência em confrontar Bolívar com situações do presente” (FERREIRA, 2006:54). É preciso, para não se deixar levar pelo anacronismo, contextualizar o pensamento de Bolívar, considerando seus projetos, as disputas locais, os interesses dos diversos atores sociais.

Bolívar e as esquerdas

Ao analisamos o bolivarianismo proposto pelo presidente Chávez devemos perceber que esta ideologia está presente na Venezuela bem antes de Chávez se considerar um revolucionário.

Ao associar-se aos movimentos de esquerda, nos anos 1970, o então jovem oficial do Exército venezuelano Hugo Chávez participou ativamente da discussão revisionista promovida pela esquerda venezuelana a qual, antes dos anos 1960 seria impossível conciliar os ideais de Bolívar ao socialismo, sobretudo entre os homens do Exército.

Para os intelectuais e políticos marxistas e socialistas até os anos 1960/70, Bolívar se constituía como uma figura que reunia em si as características capitalistas

mais detestáveis: apesar de lutar contra os colonizadores espanhóis, Bolívar colocara a América do Sul hispânica à mercê da ação do imperialismo comercial britânico; sendo membro da família mais rica de Caracas, Bolívar teria comandado o processo separatista em benefício de sua própria “classe burguesa”. Diante da idéia de que o Libertador, na verdade, teria sido um colaborador do imperialismo do século XIX, a esquerda não o considerava como protótipo revolucionário para uma América Latina que, em pleno século XX, lutava como era possível, contra o imperialismo estadunidense.

A reabilitação política de Bolívar para as esquerdas venezuelanas se deu entre as décadas de 1960 e 1970 quando muitos líderes de esquerda¹, deixando o Partido Comunista Venezuelano (PCV) e entrando para a luta armada contra os governos *puntofijista*² da AD e da COPEI, tentaram “nacionalizar” as ideologias de esquerda, recorrendo aos personagens do século XIX como Ezequiel Zamora, Simon Rodriguez e o próprio Bolívar. Contudo foi Chávez que, nos anos 1980, apresentou aos oficiais da Academia Militar o seu projeto revolucionário cuja figura central era Bolívar.³

Cidadania armada

Até 1970 os aspirantes que ingressavam na Academia Militar tinham uma formação de bacharéis militares. Durante o primeiro mandato de Rafael Caldera (1969-1974) houve uma reformulação da educação aplicada na Academia Militar, cujo novo programa faria de Chávez e de seus companheiros de caserna licenciados em Ciências e

¹ Especialmente Teodoro Petkoff que, abandonou o partido que ajudara a fundar por não concordar com o apoio dado a campanha de Chávez, em 1998.

² Entre 1958 e 1998 se estabeleceu na Venezuela um acordo de governabilidade chamado Pacto de Punto Fijo, firmado entre as principais instituições políticas do país, com o objetivo de garantir a manutenção da democracia adotando um bipartidarismo não-oficial, onde se alternavam na Presidência os dois principais partidos: a AD e a COPEI. Entretanto, o *puntofijismo* minou as instituições políticas e as próprias estruturas do Estado por meio de uma corrupção endêmica e uma total ineficácia do Estado. Após sucessivas crises econômicas, em 1989, a população de Caracas e de outras cidades importantes se rebelaram com o anúncio de novos pacotes econômicos. O *Caracazo* ganhou notoriedade na mídia internacional pelo número de mortos entre os manifestantes civis. Em 1992, o golpe liderado por Chávez e pela mídia oficialidade do Exército soou como uma resposta dos militares a ineficiência do Estado e a decadência do modelo *puntofijista* que chegara ao término definitivo nas eleições presidenciais de 1998, vencidas por Chávez e seu *Polo Patriótico*.

³ Juntamente com Bolívar, o projeto revolucionário proposto por Chávez desde os anos 1980, inclui as contribuições do pensamento de Simon Rodriguez, amigo e mentor de Bolívar, e Ezequiel Zamora, líder rebelde da Guerra Federal.

Artes Militares (MARCANO & TYSZKA, 2006:35), abrindo as portas da oficialidade também a elementos das camadas mais humildes da população, diferente do que acontecia, na mesma época, nas Forças Armadas de outros países sul-americanos. Desde então, o ingresso nas Forças Armadas oferecia uma oportunidade de ascensão social numa sociedade estigmatizada por questões étnicas e sociais desde os tempos de sua independência, nas primeiras décadas do século XIX.

Chávez antes de ser um político, está imbuído do espírito da caserna, da disciplina, das ordens e do rigor militar. Ele “entende a alma do Exército, pois faz parte desta alma” (CHÁVEZ *apud* GOTT, 2004: 281-282). Por isso, entende que a revolução que diz conduzir na Venezuela desde sua eleição em 1998, tem, obrigatoriamente, nas Forças Armadas uma das suas bases de sustento mais sólidas.

Una de las columnas fundamentales, una de las fortalezas más grandes que la República Bolivariana tiene es, precisamente, su institución militar, que junto al pueblo constituyen la más grande fortaleza de esta patria de hoy, y esa fortaleza debemos cuidarla. (CHAVEZ, 2005, Discurso durante promoción de oficiales e tropas profesionales da Casa Militar)

O novo edifício social proposto pela Constituição Bolivariana de 1999 também tem no auxílio dos militares uma força de aproximar o Estado da população, de forma análoga àquela pretendida por Simon Bolívar durante a fase mais dura da longa guerra de independência da América do Sul espanhola (1808-1825).

Assim, verifica-se, no discurso de Chávez ao longo destes doze anos de governo propostas para estender e consolidar sua revolução bolivariana em três pontos cruciais para a sociedade venezuelana contemporânea: social, político e econômico. Nos três casos, a instituição militar venezuelana é compreendida pelo presidente como de vital importância.

Forjando cidadãos

A construção da nação se deu, durante o processo de independência das colônias espanholas na América do Sul. No caso específico da Venezuela, vimos que o direito a cidadania era plenamente exercido pelos *criollos*, ao passo que, os pardos conquistavam paulatinamente alguns direitos que, por exemplo, os negros e indígenas

só conseguiriam ao longo do século XX. Em suma, a nação venezuelana constituída a partir das primeiras décadas do século XIX consistia num projeto de desigualdade sócio-política onde se mantinha a idéia de civilização branca, cristã e ocidental, ignorando a contribuição de grupos étnicos e sociais até então considerados como de segunda classe (OLIVEIRA-SILVA, 2010:52).

Segundo Hans-Joachim König, analisar o nacionalismo latino-americano e importante, uma vez que foi nesta região que desenrolou os primeiros esforços para estabelecer nações, face a queda dos impérios coloniais ibéricos (KÖNIG, 2009:21).

No caso específico do contexto das independências hispano-americanas, ainda baseado no texto de König, podemos afirmar que a construção da nação foi uma necessidade imediata dos libertadores. Pretendeu-se mobilizar os diferentes grupos sociais, identificando-as como nação com o objetivo de constituir uma força política e, sobretudo, militar contra a reação colonialista espanhola.

Bolívar e os libertadores se serviram do pensamento ilustrado para, ao inserir as populações no cerne do Estado-nação a ser libertado e consolidado pós-independência, confirmar sobre estes o seu poder, exigir sua lealdade ao governo republicano associado a pátria, a nação. Assim, a lealdade a pátria, à nação, à república deveria vir acima de qualquer outra lealdade pessoal. König cita o brasileiro Hélio Jaguaribe para corroborar sua tese:

“O nacionalismo só faz sentido quando serve à promoção da emancipação e do progresso nacionais, é também uma condição necessária para o desenvolvimento econômico. Sem o impulso dos nacionalismos e a estrutura de um Estado nacional como, respectivamente, o motor primordial e o controlador da sociedade nacional, as contradições internas desta última atuarão como freios a seu desenvolvimento, tornando-o indefeso frente às pressões externas exercidas pelas Grandes Potências.” (JAGUARIBE apud KÖNIG, 2009:26).

O acesso a cidadania, nos novos Estados foi fundamental para atrair grupos sociais até então deixados à margem na sociedade colonial, como foi o caso dos indígenas e negros livres. Ao conceder o título de *ciudadano*, a República saudava – ainda que de forma demagógica e extremamente limitada – uma dívida social da antiga

elite colonial com as populações tidas como de segunda classe. Por outro lado, todo *ciudadano* tinha como dever honrar sua pátria, defendendo-a sempre que fosse necessário.⁴

Todavia, o Estado-nação surgido com a desfragmentação do império colonial espanhol na América do Sul, apesar de, inicialmente fomentar a expansão da cidadania aos grupos sociais formados por negros e indígenas, uma vez consolidado o Estado independente, estas populações foram postas a margem do processo político, controlado pela elite crioula que, sempre deteve o poder e os altos postos públicos e sociais nestas repúblicas ao longo do século XIX e XX.

Desde o final dos anos 1970 e início da década de 1980, Chávez e seus correligionários militares foram esboçando, em sucessivas reuniões, em diversos quartéis, um novo projeto de nação para a Venezuela.

O projeto revolucionário proposto pela oficialidade liberada por Chávez objetiva reconstruir uma identidade nacional, patriótica baseada na memória coletiva acerca dos heróis nacionais (militares) que, ao longo de dois séculos de independência fundaram e consolidaram a nação venezuelana, a saber, Rodríguez, Zamora e Bolívar. Apesar de não ser o foco desta pesquisa a abordagem minuciosa do aspecto robinsoniano e zamorano (OLIVEIRA-SILVA, 2010:61) do projeto nacional de Chávez, não se pode negligenciar sua menção.

Através do uso dos símbolos nacionais tradicionais, o projeto chavista construiu também novos símbolos, como o resgate de outros personagens da história venezuelana. Este conjunto de símbolos, para o chavismo, reforçam o caráter nacionalista da revolução. Chávez não expôs nenhum personagem histórico não-venezuelano como símbolo e exemplo para sua “revolução em andamento”. O uso de Rodríguez e Zamora não tem fim em si próprio, mas corrobora o bolivarianismo. Ao reconstruir a nação venezuelana sobre novas bases simbólicas, Chávez direciona a identidade nacional e a lealdade que deve resultar para a sua própria revolução. Não

⁴ Foi o caso emblemático do decreto de Libertação dos Escravos ou Manifesto de Carúpano, no qual Bolívar impõe como condição *sine qua non* para o gozo da liberdade que o ex-escravo se alistasse no Exército Libertador nas 24 horas subsequentes a assinatura daquele decreto. Segundo o mesmo decreto, o não-alistamento era punido com a volta à escravidão não somente daquele que não cumprira suas obrigações militares para com a Pátria que o libertara, como também sua esposa, filhos e pais.

raras vezes, Chávez, em seus discursos denomina o povo venezuelano como o “povo de Simon Bolívar” (OLIVEIRA-SILVA, 2010:69).

O projeto político

A reformulação do projeto de Estado na Venezuela é bastante ambígua, uma vez que, ao mesmo tempo em que se verificam rupturas, percebe-se também as continuidades.

Segundo José Salcedo-Bastardo (1976) a Bolívar preocupava-o mais as questões de Estado e de governo do que, necessariamente a questão da construção/consolidação da nação.

“Não basta que os nossos exércitos sejam vitoriosos; não basta que os inimigos desapareçam de nosso território, nem que o mundo reconheça nossa independência; necessitamos mais ainda, ser livres sob os auspícios de leis liberais, emanadas da fonte mais sagrada, que é a vontade do povo.”
(BOLÍVAR apud SALCEDO-BASTARDO, 1976: 96)

Ao analisar o pensamento de Bolívar e de Chávez sobre a função do Estado, notamos similaridades, uma vez que para ambos, o Estado é instrumento de consolidação e manutenção da revolução, através de planos de ordem social e econômica. Este projeto de Estado republicano e liberal, na verdade, foi usado como sinal de um processo de ruptura com o sistema político anterior. Mas esta questão pode ser verificada mais na Venezuela das primeiras décadas do século XIX do que na dos tempos de Chávez.

A América de Bolívar não comportaria um regime diferente do Estado republicano, no qual a soberania não repousa numa pessoa, num cargo, mas sim, sobre o conjunto dos cidadãos; estes, por sua vez, imbuídos do espírito patriótico e republicano, delegam aos governantes, por meio de eleições, o seu poder soberano. Ele defendia que o governo americano deveria ser “justo, liberal, forte, popular e simples, cristalizado num governo republicano, centralista, civil e democrático” (SALCEDO-BASTARDO, 1976:96).

Iniciando o seu primeiro mandato presidencial, em fevereiro de 1999, Chávez recorreu ao pensamento bolivariano sobre a soberania popular, deixando clara a sua intenção de romper com a prática política vigente na Venezuela *puntofijista*.

“Dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando convoca a la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta’. Por mil pueblos, por mil caminos, durante miles de días recorriendo el país durante estos últimos casi cinco años, yo repetí delante de muchísimos venezolanos esta frase pronunciada por nuestro Padre infinito, El Libertador.” (CHÁVEZ, 1999, Discurso de Posse).

Para Chávez, o Estado venezuelano não mais respondia aos anseios e necessidades dos milhões de cidadãos venezuelanos. E, duas ocasiões manifestaram a ineficiência do Estado *puntofijista* da IV^a República: o *Caracazo* (1989) e as eleições presidenciais de 1998. No primeiro momento, o Estado foi incapaz de responder politicamente aos clamores populares depois do pacote econômico que eclodiu nas revoltas populares nas principais cidades, ao mesmo tempo em que, respondeu com grande violência às greves e manifestações, sobretudo na capital Caracas, que por fim, colocaram em cheque a legitimidade do governo federal. Na segunda ocasião, podemos avaliar a vitória de Chávez como uma confirmação da falta de legitimidade do sistema político-partidário, da política econômica e social, das instituições e da própria Constituição de 1961, em suma, a eleição de Chávez em 1998, decretou a ilegitimidade do Estado venezuelano.

Ao liderar sua tentativa de golpe de Estado em fevereiro de 1992, Hugo Chávez e seu Exército Bolivariano Revolucionário, investiram contra um Estado cujas instituições promoviam – ou, pelo menos, não coíbiam – a corrupção, a desigualdade social e marginalização dos grupos sociais mais vulneráveis, como pardos, indígenas e negros.

Aquele que fora considerado um pensamento e um ato golpista, entre 1992 e 1993 (durante a prisão de Chávez), tornou-se um discurso político, de tom revolucionário e não somente reformista que, além de ressoar nos quartéis e na Academia Militar, ecoava também nos quatro cantos da Venezuela. E as eleições presidenciais de 1998 demonstraram que a crítica ao Estado não se restringia as

lideranças políticas que se opunham ao *puntofijismo*, mas transcendiam a elas, chegando mesmo ao eleitorado, a massa popular que habitava os *barrios* das grandes cidades como Caracas e Maracay.

É interessante perceber que, uma vez instalado em Miraflores, Chávez não só reuniu o alto comando do golpe de 1992 em cargos estratégicos no Governo (como é o caso de Francisco Cardenas, e Joel Acosta), como instituiu a celebração do 04 de fevereiro no calendário do Estado, voltado sobretudo para os militares: *o Día de la Dignidad y la Rebelión Bolivariana*.

“Estamos hoy conmemorando, unidos aquí, pueblo y Fuerza Armada, mirando el pasado, conscientes del presente y sobre todo comprometidos con el porvenir, con la revolución socialista, que comenzaba entonces, ¡4 de Febrero! Rindamos tributo a los mártires, a los que cayeron, a los que dieron su vida; y más allá, tributo a la Patria toda, hoy es un día de Patria, día de los patriotas, día de las patriotas, Día de la Dignidad Nacional.”
(CHAVEZ, 2010, *Acto con motivo el 18º aniversario de la rebelión civicomilitar del 4 de febrero de 1992 y Día de la Dignidad Nacional*)

Esta data cívica do calendário da Vª República é uma oportunidade que o presidente usa para dirigir-se a oficialidade das Forças Armadas, em especial a do Exército; Chávez sempre se inclui naquelas fileiras; se aproxima dos militares jovens ou antigos de tal forma a confundir-se com eles em suas palavras.

Centralização

Chávez, assim como Bolívar, acredita na necessidade de um governo forte e coeso para consolidar as reformas constitucionais como passo fundamental para a implementação da Revolução.

Bolívar se opunha veemente ao federalismo das repúblicas que libertara; ao mesmo tempo em que, *a priori*, não previa a separação dos poderes republicanos. A democracia republicana, para o Libertador, repousa no modelo centralista de governo. “A federação, nas condições da Venezuela [do século XIX] não era senão uma constelação de centralismos” (SALCEDO-BASTARDO, 1979:105).

O discurso de Bolívar sobre o governo forte traz uma forte ambigüidade, conforme a data e o local de seu pronunciamento. Aí, antever o contexto histórico para analisar seus escritos é fundamental. Ainda assim, o seu senso de democracia pode ser questionável.

Apesar de Bolívar defender o centralismo republicano, a democracia e a alternância de poder, encontramos em seus escritos, sobretudo a partir de 1826 (quando ele assume o governo do Peru e da recém-fundada Bolívia) um forte traço – do que Bastardo chamou de – monocrático.

Uma das formas concebidas por Bolívar para fortalecer o seu governo foi a associação entre autoridade civil e poder militar. Em 1813 declara que “eu sou soldado e meu dever não me prescreve outra coisa que não seja a cega obediência ao governo, sem examinar a natureza de suas disposições”; em 1828, afirma que “o soldado não é o árbitro das leis nem do governo; é o defensor de sua liberdade; suas glórias devem se confundir com as da República” (BOLIVAR *apud* SALCEDO-BASTARDO, 1979:108-109).

Deste mesmo modo, Chávez sendo oficial do Exército venezuelano, inclui em seu projeto revolucionário a união entre poder civil e militar para acelerar o processo de inclusão social em seu país, levando as Forças Armadas a participar ativamente de suas *misiones*⁵ em todo o país.

La agricultura tiene rango constitucional de primer orden y lo tendrá, tiene rango estratégico incluso de seguridad del país y así lo vamos hacer y las Fuerzas Armadas también están incorporándose a esto. Hemos activado ya varias granjas cívico militares para integrarnos con todos esos recursos a este proyecto que es estratégico, granjas integrales.

[...]

⁵ Diante do reconhecimento da precariedade dos serviços sociais do governo, Chávez impulsiona a implantação das missões, isto é, a implementação do micro-estruturas do Estado junto as comunidades mais vulneráveis, como medidas paliativas às exigências sociais. Entre as principais, apontamos as dirigidas à erradicação do analfabetismo e democratização educacional (Missões Robinson, Rivas e Sucre), a ampliação da oferta e acesso a produtos de primeira necessidade (Missão Mercal), ao melhoramento do atendimento médico-hospitalar (Missão *Barrio Adentro*, em parceria com o governo cubano), a reforma agrária (Missão Zamora) e, por fim, a direcionada a criação de emprego, distribuição de renda e capacitação profissional (Missão *Vuelvan Caras*). Ver LANDER, 2005:132.

Nosotros el 22 vamos a ir a Puerto Nutrias, puerto sobre el río Apure en su ribera norte, margen izquierda, que fue un puerto internacional de mucho peso en tierra barinesa y no porque sea Barinas porque mi compromiso es con toda Venezuela, sencillamente que ese es un punto, un epicentro del eje Apure-Orinoco, vamos a reactivar un puerto fluvial, vamos a colocar ahí una unidad cívico-militar con la Marina, con un comando fluvial de la Marina, un comando del Ejército, de la Guardia Nacional y los pescadores y campesinos de la zona, ese es apenas un primer pasito muy modesto, pero tenemos nosotros ese sueño de desarrollo de Venezuela sobre el eje Apure-Orinoco para las próximas décadas de este siglo, eso será un paso y yo quiero también hacer un reconocimiento ahora que hablé de ese esfuerzo cívico militar a las Fuerzas Armadas, a mis hermanos de las Fuerzas Armadas, también se decía el año pasado que los militares no iban a aceptar a Chávez, General Martínez Ochoa, decían por ahí algunos. (CHAVEZ, 1999, Discurso conmemorativo aos Cem dias de governo).

O governo Chávez também tem como estratégia política para salvaguardar a revolução e os avanços bolivarianos na Venezuela, a manutenção das boas relações com a oficialidade das FAN (*Fuezas Armadas Nacionales*), desde seus oficiais gerais aos praças. Esta associação pode ser notada durante a tentativa de golpe em 2002, quando Chávez fora deposto por dois dias, mas retornou ao Miraflores com o apoio maciço das Forças Armadas.

Política externa

Este projeto nacional tem como um ponto fundamental, além de reforçar a idéia de pertença e um Estado nacional, sua política externa. Ao mesmo tempo em que o projeto revolucionário intenciona retomar os esforços bolivarianos para a integração regional, também reafirma o seu caráter antiimperialista. Edgardo Lander considera a política externa venezuelana sob Chávez uma alternativa diplomática diante da monopolarização mundial pós-Guerra Fria (LANDER, 2005:135).

Vemos a dimensão anti-estadunidense da política de Chávez no âmbito interno, ao passo que, internacionalmente, a diplomacia venezuelana tem demonstrado bastante cautela quando se trata das relações bilaterais com os Estados Unidos, que são os principais parceiros comerciais da Venezuela. É interessante perceber que, apesar do discurso bastante enérgico – chegando, muitas vezes, a ser agressivo – do presidente

contra a política externa de Washington, o governo de Chávez em nenhum momento restringiu a transferência de seu petróleo para os EUA, assim como tem garantido segurança jurídica as empresas norte-americanas instaladas em seu território e, tem pago sua dívida externa dentro dos prazos (cf. LANDER, 2005:136). Apesar disso, os EUA têm considerado muitas medidas internas e externas tomadas pelo governo Chávez como contrárias aos seus interesses, das quais destacamos a revisão da política de abertura petrolífera, a reorganização da OPEP, a oposição militar ao Plano Colômbia, o fechamento do espaço aéreo aos aviões militares estadunidenses, a aproximação diplomática com governos considerados inimigos dos EUA no Oriente Médio, a transferência de petróleo para Cuba não respeitando o bloqueio imposto à Ilha e a oposição a implantação da ALCA. Durante o governo do presidente George W. Bush, a Casa Branca fez inúmeras advertências diretas ao governo de Chávez, culminando com o apoio das agências de inteligência americanas (nominalmente a CIA) na tentativa de golpe contra Chávez, em abril de 2002 (cf, LANDER, 2005:136-137).⁶

Ao assumir esta política antiimperialista tão veemente, Chávez vem demonstrando, inúmeras vezes a sua “afinação” com seus comandantes militares. Em cada evento militar em que participa (promoções, datas comemorativas, paradas, posse de ministro da Defesa, nomeação de comandantes etc) o presidente reforça a importância das Forças Armadas para a ampla defesa da sociedade, da Constituição Bolivariana, do povo e da revolução.

Un llamado a todos los soldados de Venezuela a que sigamos, sigamos desplegando toda nuestra fuerza espiritual, toda nuestra fuerza moral, todo nuestros esfuerzos intelectuales y físicos en este proceso de transformación de la Fuerza Armada, en este proceso de reunificación de la Fuerza Armada, en este proceso de institucionalización de la Fuerza Armada, de fortalecimiento de nuestra institución militar, columna fundamental, una de ellas, de la nueva Patria, de la Venezuela Bolivariana, motor de este proceso de cambio revolucionario, en lo político, en lo económico, en lo social (CHAVEZ, 2005, Ascenso de oficiales a grados de generales y vicealmirantes y sus componentes)

⁶ Lander confirma a participação norte-americana no golpe de 2002 baseado em vasta documental oficial sobre a investigação sobre o envolvimento do governo dos EUA no golpe e, na denúncia formal do embaixador venezuelano na OEA, em 2004. A documentação apontada por Lander está disponível no site www.venezuelafoia.info

Por outro lado, a Venezuela pós-Chávez tem exercido papel importante nas relações entre os países sul-americanos. O sonho bolivariano da integração regional foi reassumido como prioritário na agenda internacional venezuelana, como pode ser examinado durante as discussões sobre a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposta pelos EUA como forma de integração econômica para as Américas. O fracasso das negociações se deveu sobretudo a inflexibilidade de Brasil e Argentina (tendo em vista salvaguardar os interesses de um debilitado MERCOSUL) e Venezuela. Segundo Chávez, seria também função das Forças Armadas venezuelana o esforço para a integração regional.

Nuestra Fuerza Armada tiene un signo, un carácter originariamente antiimperialista; nuestra Fuerza Armada nació para luchar contra los imperios desde hace más de 200 años. Hoy estamos rescatando ese signo originario porque a nuestra Fuerza Armada la tenían arrodillada, a las órdenes del imperialismo. Hoy, las Fuerzas Armadas venezolanas están a pie firme y con las armas en la mano en una sólida e histórica actitud antiimperialista; nuestra Fuerza Armada —que nació también orientada por sus líderes históricos y primigenios, con una visión integracionista, latinoamericana y caribeña— tal fue el proyecto integracionista de Miranda; tal fue el proyecto de la Gran Colombia; de Miranda; de Bolívar; de Sucre. (...) Nuestra Fuerza Armada nació para luchar por la integración de las repúblicas y los pueblos de Suramérica y del Caribe. Integración y liberación: ése es otro signo originario de los soldados venezolanos; de cada hombre; de cada mujer. (CHAVEZ, 2005, Acto de ascenso del personal de oficiales y tropas profesionales de la Casa Militar).

As metas venezuelanas para fomentar a integração regional latino-americana sem os EUA são audaciosas e, não raras vezes, agressivas. Mas esta integração, segundo o presidente venezuelano, precisa sair dos salões de reunião internacional ou da falácia dos meios de comunicação. Chávez defende uma ação mais profunda da política, da diplomacia que, através de uma política econômica alternativa, aproxime os distintos Estados latino-americanos de um projeto regional de integração viável a médio prazo.

Conclusão

Do mesmo modo que, nos anos 1970, em pleno vigor do modelo *puntofijista*, o ingresso nas Forças Armadas oferecia oportunidade de ascensão social aos jovens das classes mais baixas da sociedade venezuelana (como foi claramente o caso do próprio Chávez), desde 1992 por ocasião da tentativa frustrada de golpe militar liderado por Chávez, passando pelos primeiros discursos como presidente e sobretudo após a crise de abril de 2002 suplantada exatamente por conta da fidelidade da alta oficialidade ao presidente, ele – *el Comandante*, conforme é chamado pelos militares – coloca na essência da sua Revolução as *Fuerzas Armadas Nacionales* – Exército, Marinha, Força Aérea e Guarda Nacional – destacando, em cada oportunidade, o seu papel estratégico, político e social dentro do dinamismo próprio previsto na Constituição Bolivariana de 1999.

Por meio de muitos programas sociais, especialmente as *Misiones Bolivarianas*, o Governo promove uma aproximação entre as FAN e a população civil mais pobre – exatamente aquela que tem garantido a Chávez a sua manutenção no poder – através de promoção social e ajuda humanitária. Por outro lado, as FAN vem demonstrando sua adesão ao projeto nacional chavista, especialmente após a tentativa de golpe cívico-militar de abril de 2002 que, apesar da participação de membros do Alto Comando – desde então posto na Reserva compulsoriamente – foi decisiva para conter o *paro* de dezembro de 2002 e restabelecer a autoridade do governo nas refinarias e plataformas da Pdvsa, a estatal de petróleo.

Referências Bibliográficas

BLANCO MUÑOZ, Agustín. *Habla El comandante Hugo Chávez Frías*. Caracas: Catedra Pio Tamayo/ UCV, 1998.

CARRERA-DAMAS, Germán. *El culto a Bolívar*. Caracas: IAH/UCV, 1969.

FERREIRA, Carla C. C. *Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal. 1859-1863*. Porto Alegre: UFRS, 2006. [Dissertação de Mestrado].

FREDRIGO, Fabiana. “As guerras de Independência, as praticas sociais e o código da elite na América Latina do século XIX” In: *Varia História*, Belo Horizonte, 2007. vol. 23, nº 38. P 293-314.

GOTT, Richard. *A Sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

HARNECKER, Marta. *Um homem, um povo: entrevista concedida a Marta Harnecker*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IZARRA, William. *Reforma o revolución*. Caracas: Plataforma Unitaria/Centro de Estudios e Investigación de la Democracia Directa, 2004.

JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário revolucionário permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

KÖNIG, Hans-Joachim. “Independência e nacionalismos em Nova Granada/Colômbia” In: PAMPLONA, Marcos A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, vol. 3.

LANDER, Edgardo. “Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela” In: BARRET, Patrick; CHÁVEZ, Daniel; e RODRIGUEZ, Cesar (orgs.). *La nueva izquierda latinoamericana*. Bogotá: Grupo Ed. Norma, 2005.

MARCANO, Cristina; e TYSZKA, Alberto. *Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

OLIVEIRA-SILVA, Luiz Fernando de. *Sob a sombra do Libertador: as representações do pensamento político de Simon Bolívar nos discursos de Hugo Chávez (1999-2006)*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2010 [monografia de conclusão de curso].

SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *Visión y Revisión de Bolívar*. Caracas: Monte Avila Ed, 1977.

Fontes

CHÁVEZ, Hugo. *Discurso de posse como presidente da República (02/02/1999)*. Disponível em www.analitica.com/bitbliblioteca/hchavez/toma.asp acessado em 15/02/2009.

_____. *Alocución con motivo a los 100 primeros dias de gobierno (13/05/1999)*. Disponível em www.analitica.com/bitbliblioteca/hchavez/100dias.asp acessado em 15/02/2009.

_____. *Acto de Ascenso del personal de oficiales e tropas profesionales de la Casa Militar (02/07/2005)*. Disponível em www.mindefensa.gov.ve/ acessado em 15/02/2009.

_____. *Ascenso de oficiales a grados de generales y vicealmirantes y sus componentes (04/07/2005)*. Disponível em www.mindefensa.gov.ve/ acessado em 15/02/2009.

_____. *Acto con motivo el 18º aniversario de la rebelión civicomilitar del 4 de febrero de 1992 y Día de la Dignidad Nacional (04/02/2010)*. Disponível em www.mindefensa.gov.ve/ acessado em 09/12/2010